



SIMULADO **ISS CAMPINAS**

PROVA 02



Simulado Especial

Simulado ISS Campinas

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do ISS;
- 2 – A prova contém **140 itens** que serão divididas em duas partes, conhecimentos gerais na parte da manhã e conhecimentos específicos na parte da tarde. que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h e das 14h00 às 18:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **Domingo, dia 18/08, às 14h00, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-ISS-Campinas-17-08>

- | | | |
|--------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 71 – (A) (B) (C) (D) (E) | 095 – (A) (B) (C) (D) (E) | 119 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 72 – (A) (B) (C) (D) (E) | 096 – (A) (B) (C) (D) (E) | 120 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 73 – (A) (B) (C) (D) (E) | 097 – (A) (B) (C) (D) (E) | 121 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 74 – (A) (B) (C) (D) (E) | 098 – (A) (B) (C) (D) (E) | 122 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 75 – (A) (B) (C) (D) (E) | 099 – (A) (B) (C) (D) (E) | 123 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 76 – (A) (B) (C) (D) (E) | 100 – (A) (B) (C) (D) (E) | 124 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 77 – (A) (B) (C) (D) (E) | 101 – (A) (B) (C) (D) (E) | 125 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 78 – (A) (B) (C) (D) (E) | 102 – (A) (B) (C) (D) (E) | 126 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 79 – (A) (B) (C) (D) (E) | 103 – (A) (B) (C) (D) (E) | 127 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 80 – (A) (B) (C) (D) (E) | 104 – (A) (B) (C) (D) (E) | 128 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 81 – (A) (B) (C) (D) (E) | 105 – (A) (B) (C) (D) (E) | 129 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 82 – (A) (B) (C) (D) (E) | 106 – (A) (B) (C) (D) (E) | 130 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 83 – (A) (B) (C) (D) (E) | 107 – (A) (B) (C) (D) (E) | 131 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 84 – (A) (B) (C) (D) (E) | 108 – (A) (B) (C) (D) (E) | 132 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 85 – (A) (B) (C) (D) (E) | 109 – (A) (B) (C) (D) (E) | 133 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 86 – (A) (B) (C) (D) (E) | 110 – (A) (B) (C) (D) (E) | 134 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 87 – (A) (B) (C) (D) (E) | 111 – (A) (B) (C) (D) (E) | 135 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 88 – (A) (B) (C) (D) (E) | 112 – (A) (B) (C) (D) (E) | 136 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 89 – (A) (B) (C) (D) (E) | 113 – (A) (B) (C) (D) (E) | 137 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 90 – (A) (B) (C) (D) (E) | 114 – (A) (B) (C) (D) (E) | 138 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 91 – (A) (B) (C) (D) (E) | 115 – (A) (B) (C) (D) (E) | 139 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 92 – (A) (B) (C) (D) (E) | 116 – (A) (B) (C) (D) (E) | 140 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 93 – (A) (B) (C) (D) (E) | 117 – (A) (B) (C) (D) (E) | |
| 94 – (A) (B) (C) (D) (E) | 118 – (A) (B) (C) (D) (E) | |

DIREITO TRIBUTÁRIO

Competência Tributária. Limitações Constitucionais do Poder de Tributar. Imunidades. Princípios Constitucionais Tributários. Conceito e Classificação dos Tributos. Espécies Tributárias. Tributos de Competência da União. Tributos de Competência dos Estados. Tributos de Competência dos Municípios. SIMPLES. Legislação Tributária. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e Integração da Legislação Tributária. Obrigação Tributária Principal e Acessória. Fato Gerador da Obrigação Tributária. Sujeição Ativa e Passiva. Solidariedade. Capacidade Tributária. Domicílio Tributário. Responsabilidade Tributária. Responsabilidade dos Sucessores. Responsabilidade de Terceiros. Responsabilidade por Infrações. Denúncia Espontânea. Crédito Tributário. Constituição do Crédito Tributário. Lançamento. Modalidades de Lançamento. Hipóteses de alteração do lançamento. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Modalidades. Extinção do Crédito Tributário. Modalidades. Pagamento Indevido. Exclusão do Crédito Tributário: modalidades. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas. Lei Complementar Federal nº 5.172/1966.

71. IMPOSTOS

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), o fato gerador do imposto

- a) pode ser o exercício regular do poder de polícia.
- b) pode ser a valorização imobiliária, decorrente de obras públicas.
- c) consiste na utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico ou divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- d) independe de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- e) depende de uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

72. CONCEITO DE TRIBUTOS

A exação que se caracteriza por ser uma prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, deve ser considerada:

- a) multa tributária
- b) tributo
- c) tarifa
- d) preço público
- e) receita pública originária

73. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

É um tributo que pode ser instituído pelos Municípios:

- a) contribuição corporativa.
- b) imposto territorial rural, quando cobrado pelos Municípios.
- c) contribuição de iluminação pública.
- d) contribuição de intervenção no domínio econômico.

- e) empréstimo compulsório, desde que em razão de despesa extraordinária decorrente de guerra externa ou sua iminência.

74. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O princípio da legalidade é regra geral em relação à instituição ou majoração/redução de tributos, exceto apenas no que diz respeito à atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- () Veda-se aos entes federativos instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, admitida distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- () Lei municipal, publicada em 20/09/2019, majorando a alíquotas do IPTU, pode produzir efeitos a partir de 01/01/2020.

Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- a) V, F, F
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, F, V

75. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

A CF/88 impede que determinados tributos sejam cobrados no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, bem como antes de decorridos noventa dias da publicação da referida lei.

Marque a alternativa na qual consta um tributo que excepciona apenas o princípio da anterioridade nonagesimal.

- a) Contribuição Social no interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- b) Imposto sobre a propriedade rural.
- c) Imposto sobre serviços de qualquer natureza
- d) Imposto sobre transmissões causa mortis e doações.
- e) Imposto sobre produtos industrializados.

76. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

De acordo com a CF/88, a imunidade recíproca,

- a) não alcança taxas relativas a serviços utilizados pelos próprios entes federativos.
- a) não alcança autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- b) alcança os serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados prestados por empresas estatais.
- c) alcança os serviços em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
- d) exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
- e) alcança as empresas públicas e sociedades de economia mista.

77. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

A competência tributária:

- a) trata exclusivamente das atribuições de arrecadar, fiscalizar e cobrar os tributos.
- b) é indelegável, inclusive as atribuições de arrecadar, fiscalizar e cobrar os tributos instituídos.
- c) é indelegável, salvo as atribuições de arrecadar, fiscalizar e cobrar os tributos instituídos.
- d) é obrigatória
- e) O não exercício da competência tributária a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

78. INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Determina o Código Tributário Nacional que a autoridade competente para aplicar a legislação tributária, na ausência de disposição expressa, aplique, sucessivamente nessa ordem,

- a) analogia; a equidade; os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário.
- b) os princípios gerais de direito público; analogia; os princípios gerais de direito tributário; a equidade.
- c) os princípios específicos de direito tributário; a equidade; analogia; os princípios gerais de direito público.
- d) a equidade; os princípios específicos de direito tributário; os princípios gerais de direito público; analogia.
- e) analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a equidade.

79. FATO GERADOR

Caso o fato gerador de determinado tributo esteja relacionado a um negócio jurídico sujeito à condição suspensiva, e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos reputam-se perfeitos e acabados desde o momento

- a) do implemento da condição.
- b) em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias à produção dos efeitos que são próprios ao fato gerador.
- c) da prática do ato ou da celebração do negócio.
- d) em que a condição deixe de existir.
- e) em que a condição se verifique ainda que parcialmente.

80. FATO GERADOR

A respeito da obrigação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) assim como ocorre no direito privado, a obrigação acessória pressupõe a existência da obrigação principal.
- b) a obrigação tributária acessória fica suspensa uma vez suspenso a exigibilidade do crédito tributário, desde que nas hipóteses previstas no art. 151, do CTN.
- c) a obrigação principal se refere ao pagamento do tributo, e a obrigação acessória, ao pagamento da penalidade pecuniária.
- d) a obrigação principal é extinta com a extinção do crédito tributário dela decorrente.
- e) a norma que dispõe sobre a dispensa de obrigações acessórias deve ser interpretada da forma mais benéfica ao contribuinte.

81. SUJEITO PASSIVO

Sobre o sujeito passivo da obrigação tributária, julgue as assertivas a seguir, apontando aquela que estiver correta:

- a) Contribuinte é o sujeito passivo que não possui relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- b) Responsável é a pessoa que sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei ou decreto.
- c) O responsável pelo tributo devido é terceira pessoa que esteja de algum modo vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação tributária, tendo sua obrigação decorrente da lei.
- d) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada ao pagamento de penalidade pecuniária.
- e) O responsável é denominado pela doutrina como sujeito passivo direto.

82. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

O domicílio fiscal do contribuinte é

- a) o local por ele eleito, desde que não recusado pela autoridade administrativa.
- b) a sua residência habitual.
- c) o local da situação de seus bens.
- d) o local da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- e) o local da sede da empresa.

83. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

João adquiriu, em alienação judicial ocorrida no bojo de processo falimentar, estabelecimento comercial e continuou a exploração da atividade no mesmo ramo de comércio. O alienante, por seu turno, foi morar em outro país. Nessa hipótese, considerando apenas os dados informados acima,

- a) João responde subsidiariamente pelos tributos devidos até a data da alienação.
- b) João responde integralmente pelos tributos devidos até a data da alienação.
- c) João não responde pelos tributos devidos até a data da alienação.
- d) Não há, em qualquer hipótese, responsabilidade tributária na aquisição de estabelecimentos comerciais.
- e) A responsabilidade tributária na aquisição de estabelecimentos comerciais independe da continuidade da exploração da atividade pelo adquirente.

84. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO

O Código Tributário Nacional prevê que o lançamento será efetuado ou revisto de ofício pela autoridade administrativa nos casos abaixo, exceto:

- a) quando a lei assim o determine.
- b) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- c) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.

- d) quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- e) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior, a qualquer tempo.

85. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Assinale a alternativa na qual estão presentes apenas causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- a) Parcelamento e impugnação administrativa..
- b) Impetração de mandado de segurança e moratória.
- c) Compensação e dação em pagamento de bens imóveis.
- d) Pagamento parcelado e remissão.
- e) remissão e decisão judicial com trânsito em julgado.

86. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

São hipóteses de interrupção do prazo prescricional, referente à cobrança do crédito tributário, exceto:

- a) pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
- b) inscrição em dívida ativa.
- c) pelo protesto judicial;
- d) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- e) por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

87. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Assinale as afirmativas com (V) para verdadeiro e (F) para falso, e, ao final, aponte a alternativa que indica a sequência correta:

- () Em nenhuma hipótese a isenção pode ser extensiva às taxas e às contribuições de melhoria
- () A concessão de isenção depende de lei específica
- () A isenção onerosa pode ser livremente suprimida.
- () A isenção, como regra, não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- a) F, V, F, V
- b) F, F, V, V
- c) V, F, V, F
- d) V, V, F, F
- e) V, F, F, F

88. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Assinale as afirmativas com (V) para verdadeiro e (F) para falso, e, ao final, aponte a alternativa que indica a sequência correta:

- () As garantias previstas no CTN constituem rol exaustivo, não podendo as leis municipais estabelecerem novas garantias, dado que somente a União, por lei complementar, pode disciplinar as normas gerais de direito tributário.
- () Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente constituído.
- () A O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- () Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
- a) F, V, F, V
- b) F, F, V, V
- c) V, F, V, F
- d) V, V, F, F
- e) V, F, F, F

89. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Assinale a alternativa incorreta, considerando o Título IV, do Código Tributário Nacional, que trata da "Administração Tributária":

- a) Não é vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais
- b) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- c) Tem os mesmos efeitos previstos da certidão negativa a certidão positiva de que conste a existência de créditos em relação aos quais o sujeito passivo tenha ingressado com ação judicial anulatória do débito fiscal.
- d) Mediante intimação escrita, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.
- e) As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação dê medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

90. SIMPLES NACIONAL

Enquadra-se no Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que assim seja considerada, nos termos da Lei Complementar 123/2006, a depender da sua receita bruta auferida em cada ano-calendário, e que não esteja impedida pelos motivos abaixo especificados, exceto:

- a) que seja constituída como cooperativa de consumo.
- b) empresa de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- c) empresa que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
- d) que participe do capital de outra pessoa jurídica.
- e) constituída sob a forma de sociedade por ações.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

91. Sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

- I – A definição de receita abrange tanto receitas propriamente ditas quanto ganhos. A receita surge no curso das atividades usuais da entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como vendas, honorários, juros, dividendos, royalties, aluguéis.
- II – A receita pode resultar da liquidação de passivos.
- III – Os aportes de proprietários da empresa impactam positivamente o patrimônio líquido da entidade e, portanto, devem ser considerados receitas dessa entidade.

Estão corretos:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

92. Assinale a alternativa que apresenta a transação econômica que acarreta a diminuição do ativo total de uma entidade.

- a) Reconhecimento do pagamento de parcela de um empréstimo.
- b) Compra de um veículo à vista.
- c) Reconhecimento de uma perda de equivalência patrimonial de uma controlada.
- d) Recebimento de uma duplicata a receber.
- e) Reconhecimento da valorização de um ativo financeiro classificado a valor justo para outros resultados abrangentes.

93. A empresa “Alma Campeira” apurou as seguintes informações referentes aos exercícios financeiros de 20X1 e 20X2.

- Despesa de 20X1 paga em 20X2 de R\$ 100,00.
- Despesa de 20X2 paga em 20X1 de R\$ 200,00.
- Receita de 20X1 recebida em 20X2 de R\$ 400,00.
- Receita de 20X1 recebida em 20X2 de R\$ 500,00.
- Receita de 20X2 recebida em 20X2 de R\$ 600,00.

Considerando essas informações e o regime de competência, o lucro da empresa em 20X1 e 20X2 é de, respectivamente:

- a) R\$ 800,00 e R\$ 400,00.
- b) R\$ 200,00 e R\$ 1000,00.
- c) R\$ 800,00 e R\$ 200,00.
- d) R\$ 200,00 e R\$ 400,00.
- e) R\$ 700,00 e R\$ 500,00.

94. A empresa “Desgarrados S.A.” adquire por R\$ 1.100,00 um material a ser utilizado em seu processo produtivo no mesmo período de sua aquisição. No preço pago, estão inclusos R\$ 100,00 de ICMS (não recuperáveis). Na oportunidade da compra, foi incorrido ainda R\$ 150,00 de despesas com transporte desses materiais. Nesse sentido, um registro adequado dessa operação seria:

- a) Resultado do Exercício – Despesas com transporte, no valor de R\$ 150,00.
- b) Passivo Circulante – Fornecedores de Materiais, no valor de R\$ 1.350,00.
- c) Ativo Circulante – Caixa, no valor de R\$ 250,00.
- d) Ativo Circulante – Estoque de Materiais, no valor de R\$ 1.100,00.
- e) Ativo Circulante – Estoque de Materiais, no valor de R\$ 1.350,00.

95. Assinale a opção que indica a correta classificação das contas:

- a) “Alienação de Partes Beneficiárias” é uma transação classificada como reserva de lucros.
- b) a conta “Ações em Tesouraria” é uma conta classificada no ativo circulante – disponível.
- c) “Outros Resultados Abrangentes” é uma conta de resultado que deve ser encerrada ao final do exercício.
- d) a conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” recebe os saldos referentes à variação do valor justo de determinados instrumentos financeiros.
- e) as reservas de lucros recebem o ágio da emissão das ações com valor nominal.

96. A Cia. Campinense adquiriu 70% das ações da Cia. Princesa d'Oeste por R\$ 700.000,00 em 1/10/2018. Na data da aquisição, o patrimônio líquido da Cia. Princesa d'Oeste era de R\$ 550.000,00 e seus ativos e passivos identificáveis possuíam o valor justo líquido de R\$ 800.000,00. No ano de 2018, a Cia. Princesa d'Oeste apurou um lucro líquido de R\$ 100.000,00, distribuiu e pagou dividendos no valor de R\$ 20.000,00.

Considerando as informações acima, a Cia. Campinense, em 2018, reconheceu

- a) receita de equivalência patrimonial de R\$ 38.500,00
- b) receita de equivalência patrimonial de R\$ 42.000,00
- c) receita de equivalência patrimonial de R\$ 70.000,00

- d) receita de equivalência patrimonial de R\$ 70.000,00 e receita de dividendos de R\$ 20.000,00
- e) receita de equivalência patrimonial de R\$ 42.000,00 e receita de dividendos de R\$ 14.000,00

97. Assinale a alternativa que indica o valor do Patrimônio Líquido da empresa Cidade das Andorinhas S.A, hipoteticamente, em 31 de dezembro de 2018, após o encerramento do exercício, conforme balancete a seguir, fornecido pela contabilidade da empresa.

Conta Contábil	Reais
Despesas Antecipadas	35.000,00
Fornecedores	10.000,00
Reserva legal	15.000,00
Despesas gerais	45.000,00
Imobilizado	110.000,00
Contas a pagar	25.000,00
Despesas administrativas	40.000,00
Aplicações financeiras	20.000,00
Capital social	100.000,00
Custo das mercadorias vendidas	125.000,00
Lucros a destinar	30.000,00
Receitas financeiras	10.000,00
Despesas financeiras	22.000,00
Empréstimos e financiamentos	35.000,00
Duplicatas a receber	90.000,00
Vendas de mercadorias	325.000,00
Caixa e equivalentes de caixa	70.000,00

- a) R\$ 166.000,00
- b) R\$ 183.000,00
- c) R\$ 213.000,00
- d) R\$ 218.000,00
- e) R\$ 248.000,00

98. A Cia "Santa Genebra" em obediência ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, fez, em 31/12/2018, o teste de recuperabilidade do valor de um equipamento utilizado na fabricação de seus produtos. O departamento de contabilidade da companhia levantou as seguintes informações (em R\$):

Valor em uso da máquina	510.000,00
Valor líquido de venda	500.000,00
Custo de aquisição	600.000,00
Depreciação Acumulada	50.000,00

Considerando o disposto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a companhia deve registrar uma perda no valor do ativo de R\$

- a) 100.000,00.
- b) 90.000,00.
- c) 50.000,00.
- d) 40.000,00.
- e) 30.000,00.

99. A Sociedade Empresária Alfa Ltda, empresa de tecnologia do café, iniciou o desenvolvimento de um novo produto em janeiro de 2018. Até o mês de maio daquele ano, a empresa teve gastos no valor de R\$ 200.000,00. A partir do mês de junho, os critérios para reconhecimento de ativos intangíveis foram identificados pela empresa. Ao final do ano de 2018, os gastos com o desenvolvimento do produto totalizaram R\$ 420.000,00. A empresa estima que o valor residual do produto, no final da vida útil prevista para o projeto, será de R\$ 50.000,00. Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível, é CORRETO afirmar que o valor a ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018, para a conta intangíveis é, em reais,

- a) 200.000,00
- b) 220.000,00
- c) 250.000,00
- d) 370.000,00
- e) 420.000,00

100. Considere as informações a seguir para responder à questão.

- Receitas de vendas – R\$ 200.000,00
- Impostos sobre vendas equivalem a 27,25%
- Movimentação dos estoques
- Estoques iniciais – R\$ 100.000,00
- Compras no período – R\$ 50.000,00
- Estoques finais – R\$ 105.000,00
- Despesas com vendas – R\$ 25.000,00
- Despesas administrativas – R\$ 20.000,00
- Demais despesas – R\$ 5.000,00
- O imposto de renda (IR) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) equivalem a uma taxa efetiva de 34% sobre o lucro antes dos impostos sobre a renda.

Com base nos dados fornecidos, assinale a opção que indica, respectivamente, o lucro bruto, os custos das mercadorias vendidas e o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em Reais.

- a) 95.500 – 50.000 – 35.030
- b) 100.500 – 45.000 – 33.330
- c) 95.500 – 50.000 – 26.730
- d) 100.500 – 45.000 – 34.023
- e) 100.500 – 50.000 – 33.000

101. A empresa Delta emitiu debêntures no ano de 2016 no valor de R\$ 100.000,00. Nessa operação houve incidência de juros de 10% ao ano. O valor recebido com a emissão foi usado integralmente para a compra de um terreno. Em 2018, o passivo, incluindo os juros incidentes, foi liquidado pela empresa.

O resgate da debênture é evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em 31/12/2018, como fluxo de caixa

- a) gerado pela atividade de investimento.
- b) gerado pela atividade de financiamento.
- c) consumido pela atividade de financiamento.
- d) de caixa consumido pela atividade de investimento.
- e) de caixa consumido pela atividade operacional.

102. Assinale a opção que apresenta, na elaboração da DVA, exemplos de valor adicionado recebido em transferência.

- a) Aluguel recebido e reversão da perda estimada por crédito de liquidação duvidosa.
- b) Royalties recebidos e reconhecimento do valor justo de instrumentos financeiros.
- c) Dividendos recebidos e receita da venda de um imóvel.
- d) Juros sobre capital próprio recebidos e lucro com a venda de ativo imobilizado.
- e) receitas financeiras recebidas de aplicações financeiras e resultado positivo de equivalência patrimonial.

AUDITORIA

103. De acordo com o disposto na NBC TA 500 – Evidência de auditoria, o procedimento que consiste na avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros é denominado:

- a) indagação.
- b) revisão analítica.
- c) reexecução.
- d) recálculo.
- e) observação.

104. Em relação ao procedimento de auditoria denominado confirmação externa, assinale a alternativa correta

- a) trata-se de procedimento de auditoria em que o auditor busca confirmação, junto à administração da entidade, de informações prestadas por terceiros de fora da entidade.
- b) envolve o exame de registros ou documentos, internos ou externos, em forma de papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de um ativo.
- c) não devem ser utilizados para a obtenção de evidência de auditoria a respeito da ausência de acordo paralelo (side agreement) que possa influenciar o reconhecimento da receita da entidade.
- d) envolve a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade.
- e) não precisam se restringir apenas a saldos contábeis, sendo permitido ao auditor solicitar confirmação de termos de contratos ou transações da entidade com terceiros.

105. De acordo com o disposto na NBC TA 240 – Responsabilidade do auditor em relação à fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, assinale a alternativa incorreta

- a) as distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. O fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis.
 - b) em relação às entidades que têm uma função de auditoria interna, o auditor independente deve fazer indagações aos seus responsáveis para determinar se eles têm conhecimento de quaisquer casos reais, suspeitas ou indícios de fraude, que afetem a entidade, e obter o ponto de vista deles (auditores internos) sobre os riscos de fraude.
 - c) caso o auditor tenha identificado uma fraude ou obtido informações que indiquem a possibilidade de fraude, o auditor deve comunicar estes assuntos tempestivamente à pessoa de nível apropriado da administração que têm a responsabilidade primordial de prevenir e detectar fraude em assuntos relevantes no âmbito de suas responsabilidades.
 - d) a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é da unidade de auditoria interna da entidade. É importante que a auditoria interna, com a supervisão geral dos responsáveis pela governança, enfatize a prevenção da fraude, o que pode reduzir as oportunidades de sua ocorrência.
 - e) a informação financeira fraudulenta envolve distorções intencionais, inclusive omissões de valor ou divulgações nas demonstrações contábeis para enganar os usuários dessas demonstrações.
- 106.** De acordo com o disposto na NBC TA 240 – Responsabilidade do auditor em relação à fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, assinale a alternativa correta:
- a) fraude é o evento ou a condição que indica incentivo ou pressão para que um erro seja perpetrado ou ofereça oportunidade para que ele ocorra.
 - b) fraude é o ato não intencional, resultado de interpretação equivocada das normas, que resultam em distorções relevantes nas demonstrações contábeis.
 - c) fraude é o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal.
 - d) no contexto da fraude em auditoria, não se considera na apropriação indevida de ativos o roubo de ativos da entidade perpetrado por empregados em valores relativamente pequenos e irrelevantes.
 - e) O fato de que o erro geralmente é oculto pode tornar muito difícil a sua detecção.

107. De acordo com a norma de auditoria que trata da amostragem, risco de amostragem:

- a) é a distorção ou o desvio que é comprovadamente não representativo de distorção ou desvio em uma população.
- b) é o processo de dividir uma população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de amostragem com características semelhantes.
- c) é a taxa de desvio dos procedimentos de controles internos previstos, definida pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que essa taxa de desvio não seja excedida pela taxa real de desvio na população.
- d) é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
- e) é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite ao auditor concluir sobre toda a população.

108. De acordo com o disposto na NBC TA 530 – Amostragem em auditoria, existem muitos métodos para selecionar amostras. O método segundo o qual a quantidade de unidades de amostragem na população é dividida pelo tamanho da amostra para dar um intervalo de amostragem é denominado:

- a) seleção aleatória.
- b) amostragem de unidade monetária.
- c) seleção de bloco.
- d) seleção ao acaso.
- e) seleção sistemática.

109. Em relação aos testes de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis, o teste de conciliações bancárias:

- a) consiste em verificar as transações registradas pela empresa e não registradas pelos bancos e vice-versa.
- b) consiste na contagem do numerário no caixa da empresa.
- c) está relacionado à auditoria em ativos de menor liquidez.
- d) tem por objetivo a confirmação de saldos bancários.
- e) é dispensável nos casos em que a empresa auditada utiliza o controle permanente de seus estoques.

110. Considere os procedimentos de auditoria a seguir:

- verificar se a vida útil estabelecida para cada classe de bens é adequada e está consistente com o ano anterior;
- verificar se as benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com o prazo do contrato de aluguel;

- verificar se o método utilizado está de acordo com os princípios contábeis e é consistente com o ano anterior;

- verificar a razoabilidade da classificação utilizada;

Tais procedimentos se referem ao seguinte teste:

- a) teste das despesas de manutenção e reparos.
- b) teste das baixas.
- c) teste das depreciações.
- d) teste das aquisições.
- e) verificação de propriedade e ônus sobre imóveis.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

111. De acordo com o Decreto nº 15.356, de 2005, considera-se habitação popular o imóvel residencial horizontal que possua área total construída:

- a) inferior a 80 m²
- b) inferior a 50 m²
- c) não superior a 55 m²
- d) não superior a 80 m²
- e) não superior a 50 m²

112. De acordo com o Decreto nº 20.045, de 2018, os incentivos fiscais previstos na Lei nº 15.602/2018 deverão ser formulados mediante requerimento dirigido

- a) ao Secretário Municipal de Finanças
- b) ao Diretor do Departamento do tributo afeto
- c) ao Diretor do Departamento de Arrecadação e Cobrança
- d) ao Presidente da Junta de Recursos Tributários
- e) ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Campinas

113. De acordo com a Instrução Normativa SMF nº 001/2018, que dispõe sobre a emissão de Certidão Negativa, Certidão Positiva com efeito de Negativa e Certidão Positiva, relativa a imóvel, por meio eletrônico, a certidão terá validade de:

- a) 60 dias úteis, contados a partir da data de sua emissão.
- b) 30 dias úteis, contados a partir da data de sua emissão.
- c) 60 dias corridos, contados a partir da data de sua emissão.
- d) 30 dias corridos, contados a partir da data de sua emissão.
- e) 180 dias corridos, contados a partir da data de sua emissão.

114. Com base na Instrução Normativa DRM/SMF nº 001/2011, que dispõe sobre o sistema de registro dos serviços tomados pelos tomadores de serviços estabelecidos no Município de Campinas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os tomadores de serviços deverão declarar no Sistema NFSe Campinas, entre outros, os serviços tomados de prestadores de serviços não estabelecidos no Município de Campinas.
- b) Os tomadores de serviços deverão declarar no Sistema NFSe Campinas, entre outros, os prestadores de serviços estabelecidos no Município de Campinas que ainda não estejam obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de Campinas - NFSe Campinas
- c) Os tomadores de serviços deverão declarar no Sistema NFSe Campinas, entre outros, eventuais serviços tomados não acobertados por documentos fiscais idôneos.
- d) Consideram-se tomadores de serviços as empresas estabelecidas fora do Município de Campinas que não sejam prestadoras de serviços sujeitos ao ISS.
- e) A partir de 1º de março de 2011, os tomadores de serviços estabelecidos no Município de Campinas passaram a ser obrigados a declarar os serviços tomados e a gerar a respectiva Guia de Recolhimento Eletrônico - GRD do ISS por meio do Sistema Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de Campinas - Sistema NFSe Campinas.

115. Com base na Instrução Normativa DRM/SMF nº 001/2010, que dispõe sobre o RPS-S (Recibo Provisório de Serviços – Simplificado) e o regime especial para utilização do RPS-S, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Recibo Provisório de Serviços - Simplificado RPS-S constitui-se no documento provisório destinado a registrar as prestações de serviços sujeitas à tributação do ISS, para o prestador de serviços que atenda às exigências da Instrução Normativa DRM/SMF nº 001/2010.
- b) A utilização do RPS-S deverá ser autorizada pela Administração Tributária sob a forma de Regime Especial.
- c) A utilização do RPS-S será facultada ao prestador de serviços enquadrado na situação cadastral Ativa no Cadastro Municipal de Receitas Mobiliárias, obrigado à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e e que atenda cumulativamente às condições da legislação, entre as quais, ter auferido receita bruta mensal média do somatório de vendas e prestações de serviços no ano imediatamente anterior ao do pedido do Regime Especial de até 5.000 (cinco mil) UFICs, dispensada essa verificação no caso de início de atividades no ano da solicitação do Regime Especial.
- d) O RPS-S será gerado em lotes de 50 (cinquenta) unidades e, a partir do terceiro lote inclusive, a geração de novo lote somente será autorizada se os RPS-S referentes ao último lote estiverem integralmente transmitidos com sucesso.
- e) Até o dia 20 do mês de janeiro de cada ano, o prestador de serviços deverá informar o valor da receita bruta mensal média do somatório de vendas e prestações de serviços do ano imediatamente anterior, no Sistema ISS Digital Web.

116. Com base na Instrução Normativa DRM/SMF nº 001/2014, a Declaração de Ocupação dos Condomínios Empresariais de Campinas – DOCEC é formulário exclusivamente on line armazenado eletronicamente no Sistema da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica de Campinas - NFSe Campinas, de preenchimento e entrega obrigatória para os a seguir identificados, exceto:

- a) shopping centers
- b) condomínios empresariais
- c) loteamentos fechados empresariais
- d) pessoas jurídicas que disponibilizem espaços de seus estabelecimentos a terceiros, a qualquer título
- e) estabelecimentos congêneres, localizados no Município de Campinas

117. Com base na Instrução Normativa DRM/SMF nº 002/2017, que disciplina o CENE (Cadastro de Empresas não Estabelecidas no Município de Campinas – CENE Campinas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da decisão ao interessado, o indeferimento da solicitação de inscrição no CENE Campinas poderá ser:

- a) objeto de pedido de reconsideração à autoridade titular da unidade administrativa responsável pelo Cadastro Municipal de Receitas Mobiliárias.
- b) objeto de recurso voluntário à autoridade titular da unidade administrativa responsável pelo Cadastro Municipal de Receitas Mobiliárias.
- c) objeto de recurso voluntário ao Diretor do Departamento de Arrecadação e Cobrança
- d) objeto de pedido de reconsideração que poderá ser interposto uma única vez, cabendo recurso contra seu indeferimento.
- e) objeto de recurso que poderá ser interposto uma única vez, não cabendo pedido de reconsideração.

118. Com base na Instrução Normativa DRM/SMF nº 002/2006, que dispõe sobre o lançamento de ofício do ISS, esse lançamento se fará com base nos dados constantes no protocolado de Aprovação de Projeto de Edificação, ou ainda, em quaisquer outros meios pelos quais se constate:

- a) construção, reforma ou demolição de imóvel (subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista de serviços).
- b) construção ou reforma de imóvel (subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços).
- c) demolição de imóvel (subitem 7.04 da lista de serviços).
- d) reforma de imóvel (subitem 7.05 da lista de serviços).
- e) reforma ou demolição de imóvel (subitens 7.04 e 7.05 da lista de serviços).

119. Com base na Instrução Normativa SMF nº 003/2010, que dispõe sobre operações não tributadas pelo ISS na nota fiscal de serviços, assinale a alternativa incorreta.

- a) Permite-se o registro da nota fiscal de serviços não sujeitos ao ISS para, entre outros, o serviço de agenciamento de cargas do subitem 10.05, nos casos e se cumpridos os demais requisitos da legislação.
- b) Permite-se o registro da nota fiscal de serviços não sujeitos ao ISS para, entre outros, o serviço de agenciamento marítimo do subitem 10.06, nos casos e se cumpridos os demais requisitos da legislação.
- c) Permite-se o registro da nota fiscal de serviços não sujeitos ao ISS para, entre outros, o serviço de despachante, despachante aduaneiro e comissária de despachos do subitem 33.01, nos casos e se cumpridos os demais requisitos da legislação.
- d) Permite-se o registro da nota fiscal de serviços não sujeitos ao ISS para, entre outros, o serviço de hospedagem do subitem 9.01, nos casos e se cumpridos os demais requisitos da legislação.
- e) Permite-se a emissão de nota fiscal de serviços contendo somente item não sujeito à tributação do ISS, nos casos e se cumpridos os demais requisitos da legislação.

120. De acordo com a Instrução Normativa SMF nº 003/2006, para se identificar a existência de unidade econômica ou profissional, com o intuito de caracterizar o estabelecimento prestador de serviços no Município de Campinas:

- a) outros elementos de convicção poderão ser considerados, além daqueles enumerados no art. 11 da Lei do ISS em Campinas, desde que indiquem a permanência ou o ânimo de permanecer na exploração econômica de prestação de serviços.
- b) somente um dos elementos de convicção enumerados no art. 11 da Lei do ISS em Campinas poderá ser considerado para caracterização da existência de unidade econômica ou profissional.
- c) somente a combinação dos elementos de convicção enumerados no art. 11 da Lei do ISS em Campinas poderá ser considerada para caracterização da existência de unidade econômica ou profissional.
- d) são necessários dois ou mais elementos de convicção enumerados no art. 11 da Lei do ISS em Campinas para caracterização da existência de unidade econômica ou profissional.
- e) a Lei do ISS de Campinas divergiu da Lei Complementar nº 116, de 2003, e, portanto, neste ponto foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo na ADI 1079838-68.2015.8.26.0000.

121. De acordo com a Instrução Normativa DRM/SMF nº 003/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade da DES-IF (Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras), assinale a alternativa incorreta.

a) A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF), de existência apenas digital, emitida e armazenada eletronicamente em programa de computador da Prefeitura Municipal de Campinas, é de preenchimento obrigatório para as instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central - BACEN, e para as demais Pessoas Jurídicas obrigadas a utilizar o Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e que estejam estabelecidas no território do Município.

b) Os contribuintes obrigados à emissão da DES-IF, desde que as utilizem, estão dispensados da emissão da Nota Fiscal de Serviços em todas as operações de prestações de serviços.

c) O Sistema da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) é composto de 04 (quatro) módulos: de apuração do ISS; Demonstrativo Contábil; Informações Gerais; e Demonstrativo das Partidas de Lançamentos Contábeis.

d) O módulo de Apuração do ISS deverá ser entregue, mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao de referência e o módulo Demonstrativo Contábil deverá ser entregue, anualmente, até o dia 31 de janeiro do ano subsequente ao ano de referência.

e) O módulo de Informações Gerais e Comuns deverá ser entregue, anualmente, até o dia 31 de janeiro do ano de referência e sempre que houver alteração das informações e o módulo Demonstrativo das Partidas de Lançamentos Contábeis deverá ser entregue, mensalmente, até 10 (dez) dias, contados da ciência da solicitação.

122. De acordo com a Instrução Normativa DRM/SMF nº 003/2009, a concessionária e o permissionário do Transporte Público Coletivo de Passageiros no Município de Campinas, vinculados ao Sistema INTERCAMP, estão dispensados da emissão de nota fiscal de serviços para os casos em que o passageiro, pessoa natural, for o tomador dos serviços tarifados e catracados constantes nas alternativas a seguir, exceto:

- a) Pagantes em Espécie
- b) Bilhete Único Público
- c) Bilhete Único Vale Transporte
- d) Bilhete Único Escolar
- e) Bilhete Único Especial

123. De acordo com a Instrução Normativa DRM/SMF nº 004/2009, que instituiu a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e no Município de Campinas, o Recibo Provisório de Serviços - RPS deverá ser transmitido para Administração Tributária no prazo a seguir indicado para a conversão em NFS-e:

- a) até o 5º dia útil subsequente ao da prestação do serviço
- b) até o 10º dia subsequente ao da prestação do serviço
- c) até o 5º dia subsequente ao da prestação do serviço

- d) até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação do serviço
- e) até o dia 5 do mês subsequente ao da prestação do serviço

124. De acordo com a Instrução Normativa DRM/SMF nº 004/2018, acerca da delegação de competência aos Coordenadores Setoriais para decisões administrativas relativas ao procedimento administrativo tributário e ao processo administrativo tributário de 1ª instância, assinale a alternativa incorreta.

- a) Foi delegada ao Coordenador da Coordenadoria Setorial de Fiscalização Mobiliária, vedada a subdelegação, a competência para decidir os processos sobre impugnação de lançamento e impugnação de lançamento relativo à imposição de penalidades, quando se tratar, entre outros, do ISS incidente sobre os serviços de construção civil, ampliação, reforma ou demolição, lançados de ofício nos termos da legislação.
- b) Foi delegada ao Coordenador da Coordenadoria Setorial de Programação Fiscal e Protocolos, vedada a subdelegação, a competência para decidir os procedimentos sobre restituição de tributo indevido e aproveitamento de crédito tributário, e os processos que versem sobre impugnação de lançamento e impugnação de lançamento relativo à imposição de penalidades, quando se tratar, entre outros, da Taxa de Fiscalização de Anúncios – TFA.
- c) Foi delegada ao Coordenador da Coordenadoria Setorial de Fiscalização Mobiliária e ao Coordenador da Coordenadoria Setorial de Programação Fiscal e Protocolos, nos termos das respectivas atribuições, vedada a subdelegação, a competência para decidir os Procedimentos Administrativos Tributários e os Processos Administrativos Tributários que tenham por objeto tributos mobiliários, quando, entre outros, tratar-se de renúncia ao direito de requerer na esfera administrativa e desistência do requerimento apresentado, em face da propositura, pelo sujeito passivo, de qualquer ação ou medida judicial relativa ao mesmo objeto do requerimento administrativo.
- d) A delegação de competência para decisão de Processo Administrativo Tributário abrangerá os lançamentos cujo valor original não ultrapasse 5.000 UFIC (cinco mil Unidades Fiscais de Campinas), considerando-se o valor original dos lançamentos com a incidência dos encargos legais.
- e) A delegação de competência efetuada por meio da Instrução Normativa DRM/SMF nº 004/2018, não envolve a perda, pelo Diretor, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente, exercê-los mediante avocação do Processo ou Procedimento Administrativo Tributário, sem prejuízo da validade da delegação.

125. De acordo com a Instrução Normativa SMF nº 005/2017, que dispõe sobre a comprovação da legitimidade, qualificação e representatividade nos

requerimentos de procedimento e processo administrativo tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) O interessado é o sujeito passivo da obrigação tributária, que poderá postular pessoalmente ou através de representantes constituídos nos termos da lei.
- b) São representantes do interessado o procurador, o representante legal da pessoa jurídica indicado nos atos constitutivos, o administrador provisório do espólio, o inventariante e demais representantes definidos em lei e formalmente constituídos.
- c) Em caso de divergência entre a assinatura constante no documento de identificação apresentado e no requerimento, procuração ou substabelecimento, deverá ser juntada cópia simples de outro documento oficial que contenha assinatura semelhante àquela aposta no requerimento ou no instrumento de mandato, para conferência de assinatura.
- d) Às certidões apresentadas para comprovação de fato relacionado ao pedido confere-se validade de 180 dias, contado da emissão, salvo se menor prazo tenha sido consignado pelo órgão expedidor, ou se houver disposição específica na legislação.
- e) O cumprimento integral das exigências constantes na Instrução Normativa SMF nº 005/2017 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do interessado ou seu representante, implicará no seu não conhecimento ou indeferimento e posterior arquivamento, nos termos da legislação tributária municipal.

126. De acordo com a Instrução Normativa SMF nº 005/2018:

- a) o contribuinte que optar por receber as guias de pagamento do IPTU e Taxas Imobiliárias exclusivamente por meio digital será beneficiado com o acréscimo de 1% (um por cento) ao percentual fixado para o desconto especial, limitado a R\$ 100,00 (cem reais).
- b) o contribuinte que optar por receber as guias de pagamento do IPTU exclusivamente por meio digital será beneficiado com o acréscimo de 1% (um por cento) ao percentual fixado para o desconto especial e por adimplência, limitado a R\$ 1.000,00 (mil reais).
- c) o contribuinte que optar por receber as guias de pagamento do IPTU e das Taxas Mobiliárias exclusivamente por meio digital será beneficiado com o acréscimo de 1% (um por cento) ao percentual fixado para o desconto especial e por adimplência, limitado a R\$ 1.000,00 (mil reais).
- d) o contribuinte que optar por receber as guias de pagamento do IPTU e das Taxas Mobiliárias e Imobiliárias exclusivamente por meio digital será beneficiado com o acréscimo de 1% (um por cento) ao percentual fixado para o desconto especial e por adimplência, limitado a R\$ 100,00 (cem reais).

e) o contribuinte que optar por receber as guias de pagamento do IPTU e Taxas Imobiliárias exclusivamente por meio digital será beneficiado com o acréscimo de 1% (um por cento) ao percentual fixado para o desconto por adimplência, limitado a R\$ 100,00 (cem reais).

127. De acordo com a Instrução Normativa DRM/SMF nº 006/2008, assinale as assertivas a seguir acerca das Sociedades de Profissionais sujeitas ao lançamento de ofício do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, nos termos da Lei nº 12.392, de 2005, e, após, assinale a alternativa correta.

- I - Passaram a ser obrigadas a emitir e escriturar Notas Fiscais de Serviços de acordo com as prestações de serviços que realizarem, a partir de 1º de janeiro de 2019.
- II - Devem indicar no corpo de todas as vias da Nota Fiscal de Serviços o seguinte texto: Sociedade de Profissionais Lançamento de Ofício do ISSQN.
- III - Devem registrar as Notas Fiscais de Serviços emitidas na Declaração Mensal de Serviços - DMS, normatizada pela Instrução Normativa no 001/2008 - DRM/SMF, nos termos e prazos estabelecidos na legislação tributária pertinente.
- IV - Podem usar Notas Fiscais Conjugadas, assim entendidas, as notas fiscais que englobem o fornecimento de mercadorias e a prestação de serviços em uma única nota fiscal.
- V - Devem cumprir as demais disposições da legislação tributária do ISS relativas às Notas Fiscais de Serviços e sua escrituração, inclusive quanto à Autorização para Impressão de Documentos Fiscais AIDF.

- a) V, V, V, V, V
- b) F, F, F, F, F
- c) F, V, V, V, V
- d) F, V, V, F, V
- e) V, F, F, V, F

128. De acordo com a Instrução Normativa SMF nº 009/2014, que dispõe sobre a redução ou exoneração das multas impostas pelo descumprimento de obrigações acessórias, assinale a alternativa correta.

- a) O contribuinte que, se o caso, houver pago o imposto devido, poderá requerer ao Prefeito de Campinas a exoneração ou redução da multa que lhe fora aplicada pela atuação fiscal em razão do descumprimento de obrigação tributária acessória.
- b) Havendo tributo devido em razão da mesma ação fiscal que aplicou ao contribuinte a multa pelo descumprimento de obrigação tributária acessória, o requerimento será conhecido se acompanhado do(s) respectivo(s) comprovante(s) de pagamento integral do tributo ou seu parcelamento, sob pena de indeferimento sumário.

c) A competência para julgamento dos requerimentos que solicitem redução ou exoneração das multas impostas por descumprimento de obrigações acessórias é indelegável.

d) Na análise do requerimento, a autoridade competente, que pode ser o Diretor do Departamento de Receitas Mobiliárias – DRM/SMF, deverá atentar-se para as circunstâncias particulares do caso.

e) Para decisão, devem ser observadas a razoabilidade e a proporcionalidade da multa aplicada ao contribuinte pelo descumprimento de obrigação tributária principal, especialmente quanto à gravidade da infração cometida, as condições econômicas e sociais do infrator.

129. De acordo com a Lei nº 12.392, de 2005, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta quanto às alíquotas do ISS.

- I - Os serviços previstos nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da Lista de Serviços, quando prestados diretamente à Administração Pública direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, têm a alíquota fixada em 3,5% (três e meio por cento).
- II – Em regra, a alíquota do ISS em Campinas é de 5%, podendo ser outra, dentro dos limites do ordenamento jurídico, caso fixada expressamente em lei.
- III – A alíquota é de 3% para o serviço de transporte coletivo municipal de passageiros do subitem 16.01 da lista; para o serviço de ensino do subitem 8.01 da lista, exclusivamente sobre as receitas provenientes da educação infantil, do ensino fundamental e da educação profissional técnica de nível médio, conforme LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação); e para o serviço de resposta audível (telemarketing ou call-centers) do subitem 17.02 da lista.
- IV – A alíquota é de 2% para o serviço transporte coletivo público na modalidade Alternativo, definida em lei.
- V – A alíquota é de 3% para o serviço de ensino regular fundamental, médio e superior, na modalidade a distância ou presencial, enquadrados no subitem 8.01 da lista.

- a) V, F, F, F, V
- b) F, V, V, V, F
- c) F, V, F, V, F
- d) F, V, F, F, F
- e) V, V, F, V, F

130. De acordo com a Lei nº 12.392, de 2005, quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o ISS será fixo, em função da natureza do serviço ou de outros critérios pertinentes, sendo:

- a) isento para a atividade que exija escolaridade de nível superior, nos 3 primeiros anos, contados da data do registro da habilitação profissional no órgão correspondente
- b) 10 UFICs por mês para a atividade que exija escolaridade de nível superior, de 3 a 5 anos, contados da data do registro da habilitação profissional no órgão correspondente.
- c) 20 UFICs por mês para a atividade que exija escolaridade de nível superior, com mais de 5 anos, contados da data do registro da habilitação profissional no órgão correspondente.
- d) isento para a atividade que não exija escolaridade de nível superior, nos 3 primeiros anos, contados da data do registro da habilitação profissional no órgão correspondente.
- e) 10 UFICs por mês para a atividade que não exija escolaridade de nível superior, com mais de 3 anos, contados da data do registro da habilitação profissional no órgão correspondente.

131. De acordo com a Lei nº 12.392, de 2005, para as sociedades de profissionais, o ISS devido será calculado mediante a multiplicação da importância mensal a seguir indicada pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável.

- a) de 50 UFICs
- b) de 30 UFICs
- c) de 20 UFICs
- d) de 10 UFICs
- e) de 80 UFICs

132. De acordo com a Lei nº 12.392, de 2005, exclusivamente para o caso de pagamento integral do crédito tributário o valor da multa aplicada pelo descumprimento da obrigação tributária principal sofrerá a seguinte redução:

- a) 60% (sessenta por cento) para pagamento à vista, efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte à notificação do auto de infração e imposição de multa.
- b) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento parcelado, formalizado com o efetivo pagamento da primeira parcela, efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte à notificação do auto de infração e imposição de multa.
- c) 10% (dez por cento) para pagamento à vista efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte à notificação da decisão de primeira instância administrativa.

d) 30% (trinta por cento) para pagamento parcelado, formalizado com o efetivo pagamento da primeira parcela, efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte à notificação do auto de infração e imposição de multa.

e) 10% (dez por cento) para pagamento à vista efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte à notificação da decisão de segunda instância administrativa.

133. De acordo com a Lei Complementar nº 42, de 2013, o parcelamento por ela tratado poderá ser realizado em:

- a) até 60 parcelas
- b) até 90 parcelas
- c) até 120 parcelas
- d) até 180 parcelas
- e) até 36 parcelas

134. De acordo com a Lei nº 14.947, de 2014, o Poder Executivo Municipal concederá incentivos fiscais relativos ao ISS e ao IPTU às empresas instaladas ou que se instalem no município de Campinas, observados os requisitos e condições nela constantes. Para gozar dos incentivos, as empresas de auditoria contábil e tributária, entre outros requisitos, devem ter tido receita anual da prestação de serviços tributáveis no Município de Campinas, no ano imediatamente anterior, igual ou superior a

- a) R\$ 8.300.000,00
- b) R\$ 360.000,00
- c) R\$ 4.800.000,00
- d) R\$ 3.600.000,00
- e) R\$ 2.400.000,00

135. De acordo com a Lei nº 15.602, de 2018, o Poder Executivo Municipal concederá incentivos fiscais à empresa em processo de instalação, instalada ou que se instalar no município de Campinas, observados os requisitos e condições nela constantes. Nessa linha, considera-se em processo de instalação a empresa cujas atividades de produção e/ou prestação de serviços se iniciarem, comprovadamente, em:

- a) até a data de publicação da Lei nº 15.602, de 2018.
- b) até quarenta e oito meses posteriores à data de publicação da Lei nº 15.602, de 2018.
- c) até quarenta e oito meses anteriores à data de publicação da Lei nº 15.602, de 2018.
- d) até trinta e seis meses anteriores à data de publicação da Lei nº 15.602, de 2018.
- e) até doze meses anteriores à data de publicação da Lei nº 15.602, de 2018.

136. De acordo com a Resolução SMF nº 1, de 2016, que fixa a pauta fiscal para apuração da base de cálculo e lançamento do ISS incidente sobre serviços de construção civil, observada a área total construída do imóvel para efeito de enquadramento, indique, respectivamente, qual o percentual da base de cálculo da construção que será considerada para:

I - reparação, conservação e reforma de imóvel;

II – demolição de imóvel

- a) I – 80%; II – 50%
- b) I – 60%; II – 40%
- c) I – 70%; II – 30%
- d) I – 30%; II – 10%
- e) I – 40%; II – 20%

137. De acordo com a Lei nº 11.111, de 2001, a alíquota do IPTU para imóveis não residenciais e caracterizados como Shopping Center, não registrados em unidades autônomas junto ao Cartório de Registro de Imóveis, é de:

- a) 1,20%
- b) 2,90%
- c) 2,80%
- d) 2,70%
- e) 2,50%

138. De acordo com a Lei Complementar nº 134, de 2015, ficou autorizada a concessão de isenção total do IPTU aos empreendimentos de parcelamento do solo urbano, na modalidade loteamento, até

- a) o prazo máximo e improrrogável de 04 (quatro) anos, contados da data de aprovação do loteamento.
- b) o prazo máximo de 04 (quatro) anos, prorrogável, desde que de forma fundamentada, por mais 02 (dois) anos, contados da data de aprovação do loteamento.
- c) o prazo máximo de 05 (cinco) anos, prorrogável, desde que de forma fundamentada, por mais 01 (um) ano, contados da data de aprovação do loteamento.
- d) o prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) anos, contados da data de aprovação do loteamento.
- e) o prazo máximo e improrrogável de 03 (três) anos, contados da data de aprovação do loteamento.

139. De acordo com a Lei nº 12.391, de 2015, assinale a alternativa que completa corretamente a seguinte assertiva:

Expirado o prazo da condição _____ e constatada pelo contribuinte a preponderância de atividade imobiliária, tornar-se-á devido o ITBI sobre o valor do imóvel ou direito a ele relativo, atualizado desde a aquisição; caso contrário, deverão ser apresentadas à Administração Tributária, no prazo de _____, as declarações de receitas do período e _____.

- a) resolutória; 180 (cento e oitenta) dias; de uso do imóvel
- b) suspensiva; 120 (cento e vinte) dias; de uso do imóvel
- c) resolutória; 120 (cento e vinte) dias; de uso do imóvel
- d) suspensiva; 180 (cento e oitenta) dias; o livro diário
- e) resolutória; 120 (cento e vinte) dias; o livro razão

140. De acordo com a Lei nº 12.391, de 2015, o valor venal do ITBI será reduzido no caso de transmissão de domínio direto:

- a) a 20%
- b) a 1/3
- c) a 2/3
- d) a 80%
- e) a 50%

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-ISS-Campinas-17-08>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE